



CÁTEDRA ITINERANTE
INCLUSÃO
PRODUTIVA RURAL



Edição nº 03 – Abril/2026

BOLETIM TRIMESTRAL

ATER e digitalização: caminhos e bloqueios para a inclusão produtiva rural

DESTAQUES DO BOLETIM

★ Digitalização e Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER)

A digitalização é um dos temas que compõem a agenda da Cátedra, com especial destaque para o seu papel na Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER). As pesquisas em andamento na Cátedra buscam evidenciar os bloqueios ao uso de tecnologias digitais na ATER para a inclusão produtiva rural e apontam caminhos para superá-los. A digitalização não é um processo independente e está fortemente relacionado às mudanças demográficas – e, mais especificamente, à juventude rural – e às mudanças climáticas, grandes vetores de transformação das áreas rurais. Além disso, a digitalização torna-se ainda mais relevante ao considerarmos seu potencial de diminuição ou de aprofundamento das desigualdades, dependendo de como for articulada e viabilizada. **pág.02**

★ ENTREVISTA: Otavio Valentim Balsadi e Betúlia de Moraes Souto (Supervisão de Redes de Inovação Social da Embrapa)

“É fundamental que também para dentro dessas redes de ATER os jovens se insiram na facilitação desses processos de inovação na agricultura (...) para lidar com as tecnologias digitais. (...) É bem importante que a gente tenha, pelo lado das políticas públicas, fomento a isso, porque se a gente quer que os jovens se insiram nesses processos, primeiro eles precisam estar por perto das propriedades para esse processo de maior participação nos desafios futuros da produção agropecuária, marcados por essa questão de mudanças climáticas e transições demográficas. Mas para que os jovens assumam esses processos, a gente tem que ter um rural que seja adequado, que seja atrativo para esse envolvimento, para esse engajamento dos jovens e sua permanência nessas áreas rurais”. **pág.04**



Imagem de abertura: Geirllys Silva/SAF-PI.



DIGITALIZAÇÃO

ATER e digitalização: caminhos e bloqueios para a inclusão produtiva rural

A digitalização vem transformando rapidamente diferentes setores da economia, e as atividades produtivas no meio rural não estão à margem desse processo. O uso de tecnologias digitais para comunicação, gestão da produção, acesso a mercados e serviços financeiros tem se expandido nos últimos anos e tende a ocupar um papel cada vez mais relevante nas estratégias de desenvolvimento rural. Nesse contexto, por ser uma política incontornável para atividade produtiva com sustentabilidade, a Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) surge como um campo estratégico para compreender como a digitalização pode contribuir para processos de inclusão produtiva no campo.

A ATER pode ser entendida como um processo educativo contínuo que articula conhecimentos técnicos, científicos e saberes locais, com o objetivo de fortalecer as capacidades produtivas, organizativas e econômicas das famílias rurais. Ao longo de sua trajetória no Brasil, a ATER assumiu diferentes formatos institucionais e metodológicos, ora mais voltada à difusão de tecnologias e ao aumento da produtividade, ora

por tentativas de ser orientada por abordagens participativas, territoriais e voltadas ao desenvolvimento rural sustentável. Hoje, a ATER continua sendo uma das principais políticas públicas voltadas à agricultura familiar e ao desenvolvimento rural, desempenhando papel importante na promoção de inovações produtivas, no acesso a políticas públicas, na organização produtiva e no fortalecimento de cadeias produtivas locais.

Ao mesmo tempo, a ATER enfrenta desafios históricos importantes. A cobertura dos serviços ainda é limitada, especialmente nas regiões Norte e Nordeste, os recursos financeiros e humanos são frequentemente insuficientes, e a logística de atendimento em áreas rurais dispersas torna o modelo tradicional de difícil universalização. É nesse contexto que a digitalização passa a ser vista como uma possível ferramenta para ampliar o alcance, reduzir custos e aumentar a frequência de interação entre técnicos e agricultores.

A chamada ATER digital envolve o uso de tecnologias como aplicativos de mensagem,

plataformas *online*, vídeos, sistemas de gestão, sensoriamento remoto, aplicativos de comercialização e plataformas de acesso a políticas públicas. Essas ferramentas podem permitir que técnicos acompanhem um número maior de agricultores, que produtores tenham acesso mais rápido a informações técnicas e que políticas públicas sejam implementadas com maior capacidade de monitoramento e avaliação. Além disso, a digitalização pode facilitar a integração de dados, a geração de diagnósticos produtivos e territoriais e a construção de recomendações mais adequadas às realidades locais.

No entanto, a digitalização não deve ser entendida como uma solução automática para os problemas da ATER. O acesso à internet ainda é desigual nas áreas rurais, muitos agricultores enfrentam dificuldades relacionadas ao letramento digital, e há o risco de que a digitalização reforce modelos de extensão rural baseados apenas na transmissão de informações, enfraquecendo a dimensão educativa, participativa e territorial da ATER. Nesse caso, está posto o risco de aprofundamento de desigualdades se as tecnologias digitais beneficiarem principalmente produtores mais capitalizados e com maior acesso à conectividade.

Por isso, o debate atual não se resume a discutir se a ATER deve ou não se digitalizar, mas sim **como** essa digitalização deve ocorrer. Cada vez mais, pesquisadores e

Nesse cenário, a digitalização da ATER deve ser compreendida para além de uma mudança tecnológica, mas em um processo de transformação institucional, que altera a forma como o conhecimento circula, como as políticas públicas são implementadas e como técnicos e agricultores interagem. Seus resultados dependerão das escolhas institucionais, dos modelos de implementação e das condições sociais e territoriais em que essas tecnologias serão utilizadas.

instituições têm defendido a construção de modelos de ATER híbridos, que combinem ferramentas digitais com o trabalho presencial dos extensionistas, preservando o acompanhamento continuado, a construção de confiança e o diálogo entre conhecimentos técnicos e saberes locais.

É nesse contexto que a Cátedra Itinerante Inclusão Produtiva Rural tem se dedicado a estudar a relação entre digitalização, assistência técnica e inclusão produtiva, com o objetivo de compreender em quais condições as tecnologias digitais podem contribuir para ampliar o acesso à ATER e promover processos de desenvolvimento rural mais inclusivos e sustentáveis. Há pesquisas em andamento, com mapeamento de iniciativas de ATER digital no Brasil e no mundo, além de exploração de possibilidades de adequação das soluções digitais existentes às demandas e condições reais dos produtores familiares. Os resultados desses estudos serão divulgados nos próximos meses e sugerimos fortemente que acompanhem as redes sociais da Cátedra para conhecer os achados em primeira mão.

Esta edição do Boletim trata sobre esses desafios, oportunidades e caminhos possíveis para a ATER digital, com uma entrevista realizada com Otavio Valentim Balsadi e Betúlia de Moraes Souto, que estão na Supervisão de Redes de Inovação Social (SRIS), na Gerência-Adjunta de Inclusão Socioprodutiva e Digital (GISD), dentro da Diretoria de Inovação, Negócios e Transferência de Tecnologias (DINT) da Embrapa. Os entrevistados falam sobre a relação entre ATER, digitalização e juventude rural em tempos de transformações rurais e mudanças climáticas. Além de apresentarem um panorama da situação atual no Brasil, fazem conexões entre os temas e apontam possibilidades para o futuro na área. Esperamos que desperte novos olhares e ideias por aí, assim como despertou por aqui.

Boa leitura!



**Otavio Valentim
Balsadi e Betúlia
de Moraes Souto**

Supervisão de Redes
de Inovação Social
(SRIS) da Embrapa.

Como vocês enxergam as contribuições da digitalização e, especialmente a incorporação de tecnologias digitais na ATER, para a inclusão produtiva dos agricultores familiares mais vulneráveis no Brasil? Há gargalos no processo de inclusão produtiva que a digitalização pode contribuir?

Vencido esse primeiro quarto do século XXI, é praticamente impossível a gente pensar em qualquer processo de inclusão socioprodutiva e digital dos agricultores e agricultoras familiares, povos e comunidades tradicionais sem levar em consideração a necessidade de acesso ao que se tem de mais atual e moderno em termos de tecnologias digitais. Com certeza essas tecnologias por si não garantem a inclusão, mas achamos que é meio óbvio pensar que sem as tecnologias digitais, sem o processo de digitalização, fica muito complicado a gente romper esse círculo vicioso que nós temos de concentração da produção, seja em regiões específicas, seja num conjunto restrito de agricultores e agricultoras. Achamos que sem digitalização não há um processo de inclusão socioprodutiva que seja sustentável. Isso porque hoje, tanto pelo lado dos diversos tipos de aplicativos disponíveis – para diagnósticos, inserção em mercado, trocas de experiências, aplicativos para capacitações e etc. –, quanto pelo lado de tecnologias digitais embarcadas em máquinas e equipamentos, amplamente utilizados na agricultura e na pecuária, todos levam componentes digitais. O grande desafio é torná-los mais adaptados, mais disponíveis e mais utilizados pelas agriculturas familiares e pelos povos e comunidades tradicionais.

Outro aspecto importante da digitalização é que ela revolucionou toda a forma de se fazer comunicação, seja entre agricultores, entre técnicos e agricultores, entre pesquisa-

dores, extensionistas, agricultores, agentes de desenvolvimento e etc. As formas de comunicação estão absolutamente transformadas pelas tecnologias digitais e elas devem ser cada vez mais interativas, mais colaborativas e mais adequadas para os diferentes contextos. Nesse sentido, só reforça também a importância da digitalização no processo de inclusão socioprodutiva e num processo também de incorporação de inovações que, ao fim e ao cabo, permita uma transformação sustentável dos sistemas alimentares.

A questão da digitalização tem que permear todo o processo da ATER, seja na capacitação, na atualização dos próprios técnicos das redes de ATER, e aqui temos que olhá-la de forma ampliada, em termos de ATER pública e privada, ATER associativa e cooperativa. Mas também isso possibilita que esses diversos agentes de ATER possam fazer ou facilitar processos em que os agricultores e agricultoras familiares tenham acesso a esse mundo digital e possam transformar suas propriedades, suas produções.

Então, achamos que é um desafio enorme e que às vezes se torna mais difícil por questão de limitação de conectividade em várias áreas rurais por esse Brasil afora. Vamos ver o que o próximo Censo Agropecuário nos mostra, mas à luz dos dados do Censo Agropecuário 2016, nós temos regiões, especialmente Norte e Nordeste, em que mais de 70%-80% dos estabelecimentos agropecuários naquela ocasião não tinham acesso à internet. Então sem mudar esse aspecto de conectividade fica difícil também a inclusão socioprodutiva e digital, diríamos praticamente impossível. Então achamos que esse é um desafio, um gargalo enorme que tem que ser superado via políticas públicas.

Uma das coisas que na nossa percepção é cada vez mais relevante é o adensamento dos espaços de interação das redes sociotécnicas, nas quais as redes de ATER são obviamente fundamentais e importantes, mas não são as únicas. Isso permite que representações dos diferentes atores sociais nos territórios possam contextualizar esse processo de inovação, de transformação dos sistemas alimentares, tendo em consideração os diferentes contextos regionais, suas atividades produtivas, seus atores, seus níveis de acesso a diferentes políticas públicas e seus níveis de infraestrutura. Se a gente olhar Brasil afora, há várias iniciativas importantes e interessantes que buscam justamente fomentar esses espaços de interação

para inovação. Espaços que são necessariamente multiatores, que são fundamentais que sejam ocupados e integrados por diferentes redes sociotécnicas que trabalham com agricultura familiar, povos e comunidades tradicionais. Esses espaços, esses centros de integração, centros de irradiação de inovação, obviamente são ancorados em muitas de suas atividades pela questão das tecnologias digitais.

Além da digitalização, sabemos que as mudanças climáticas e a mudança demográfica são vetores importantes de transformações rurais e podem agravar ou se transformar em caminhos para a inclusão produtiva dos agricultores. Como vocês veem a integração entre a digitalização, o processo de adaptação climática e o papel da juventude rural na geração de renda digna para agricultores familiares?

De fato, as últimas catástrofes ambientais que temos observado em função das drásticas mudanças climáticas no período recente complicam demais a sustentabilidade da produção agropecuária em várias regiões, não só no Brasil, mas mundo afora. Basta ver o que aconteceu na região Sul do Brasil dois anos atrás. Então, isso coloca desafios futuros enormes para a sustentabilidade e continuidade dos processos produtivos em várias regiões. Somado a isso, temos essa questão da transição demográfica no Brasil, ou seja, o envelhecimento da população e a redução da participação dos jovens. Se a gente vai para as áreas rurais, isso se acentua fortemente em várias regiões. Tem áreas rurais que há um bom tempo já se caracterizam por serem áreas habitadas por pessoas idosas, predominantemente homens. Isso coloca um desafio enorme para a continuidade e para a sucessão nas propriedades rurais. Dito isto, é óbvio que a inserção da juventude nesse processo é fundamental, especialmente no processo de sucessão na agricultura familiar, porque os dados demográficos mostram que a maior redução dos ocupados na agricultura brasileira nas últimas décadas foi observada justamente entre os membros não remunerados da família, principalmente jovens e mulheres. Isso impacta diretamente os estabelecimentos agropecuários, especialmente os pertencentes à agricultura familiar. Além disso, a transição

demográfica hoje mostra uma participação muito grande de agricultores e agricultoras acima de 60 anos à frente dos estabelecimentos. Esse processo de sucessão é fundamental para o envolvimento da juventude, especialmente se a gente leva em consideração toda a questão da importância das tecnologias digitais abordadas na questão anterior.

Então, a integração da juventude é crucial nesse processo, que é marcado por essa transição demográfica e pelos impactos profundos das mudanças climáticas, que vão exigir cada vez mais sistemas de produção integrados, resilientes, inclusivos. A juventude vai ter um papel fundamental nisso, seja porque é a forma de continuidade da produção, seja porque, em tese, esses integrantes da chamada geração Z tendem a ser mais abertos, mais receptivos a essas novas tecnologias, a esses novos sistemas de produção mais associados às tecnologias digitais.

Se a gente faz o *link* ainda disso com as redes públicas, cooperativas, associativas e privadas de ATER, é fundamental que também para dentro dessas redes de ATER os jovens se insiram na facilitação desses processos de inovação na agricultura, dada essa sua maior facilidade, em tese, para lidar com as tecnologias digitais. Então, nesse sentido, é bem importante que a gente tenha, pelo lado das políticas públicas, fomento a isso, porque se a gente quer que os jovens se insiram nesses processos, primeiro eles precisam estar por perto das propriedades, estarem nas propriedades para esse processo de maior participação nesses desafios futuros da produção agropecuária, marcados por essa questão de mudanças climáticas e transições demográficas. Mas para que os jovens assumam esses processos, a gente tem que ter um rural que seja adequado, que seja atrativo para esse envolvimento, para esse engajamento dos jovens e sua permanência nessas áreas rurais.

Ninguém vai ficar em áreas que não sejam atrativas, seja do ponto de infraestrutura, prestação de serviços, questão da conectividade, especialmente se a gente está falando da geração Z. **É fundamental que essas políticas de qualidade de vida, políticas de educação e formação profissional para jovens sejam fortalecidas para que tenhamos uma juventude rural forte presente nesse processo de transição.**

Nesse sentido, o associativismo e o cooperativismo são muito importantes para isso. E se a gente olhar as possibilidades desses jovens se engajarem, basta ver exemplos importantes de Escolas Famílias Agrícolas (EFA) e também muitas *startups* sendo formadas por jovens em áreas rurais. Essas *startups* vão desde assistência técnica e extensão rural até desenvolvimento de aplicativos para utilização na agricultura, passando por *startups* que facilitam a participação de jovens rurais, agricultores e agricultoras familiares com as políticas públicas, com novas opções de mercados, toda a parte da digitalização nos mercados. Esses jovens são agentes de desenvolvimento rural de várias políticas públicas em várias regiões. Enfim, há muitos pontos de conexão, de interação, tendo a juventude rural como protagonista nesse processo de transição agroecológica, no sentido de sistemas sustentáveis, resilientes e equitativos, especialmente fazendo uso do que a gente tem de mais atual e mais adequado em termos de tecnologias sociais e digitais.

Quais são os bloqueios para que essas potencialidades se concretizem? Você tem exemplos desses bloqueios (e suas superações) em iniciativas existentes?

Pensamos que os bloqueios que ainda dificultam o fortalecimento desse novo círculo virtuoso (de inserção da juventude, sucessão nas propriedades rurais, aproveitando todo o potencial das tecnologias digitais nesse ambiente desafiador de mudanças climáticas e transições demográficas) estão vinculados tanto ao ambiente interno quanto externo à propriedade. É importante que o ambiente interno às propriedades seja o mais adequado possível, e a gente fala isso desde a felicidade das pessoas, do seu bem-estar, da efetiva participação dos jovens e das mulheres nas tomadas de decisão, com protagonismo na gestão dos estabelecimentos agropecuários. E também precisamos ter um ambiente externo, o entorno dessas propriedades, um rural que seja agradável de se viver, de se morar. Caso contrário, as pessoas vão buscar em outros lugares a realização dos seus desejos, seus sonhos pessoais, profissionais... Então, esse é um ponto importante para ressaltar. O bloqueio da questão da conectividade e das formas de abordagem também. Precisamos ter novas formas de abordagem pelos atores

envolvidos nos processos de desenvolvimento rural, não só ATER, mas também ATER.

Agora, tentando superar os bloqueios, e ainda tentando focar essa questão da sucessão com a juventude, a gente pode olhar, por exemplo, para o pós catástrofe no Rio Grande do Sul. Tivemos a oportunidade de conhecer várias experiências fomentadas, especialmente pelo cooperativismo, mas também vinculadas a políticas públicas importantes, que têm apostado fortemente na juventude, na sucessão e na continuidade da produção em vários locais, em vários estabelecimentos agropecuários atingidos pela catástrofe de dois anos atrás.

Imagina que para recuperar áreas que eram de fruticultura, culturas permanentes, se não tiver esse engajamento de novos atores, fica difícil olhar para os próximos vinte anos porque isso vai exigir investimento, reconstruções e etc. Então, é fundamental esse envolvimento da juventude. Tem um retorno de jovens para áreas rurais motivado por esses desafios. No caso do Rio Grande do Sul, por uma catástrofe, mas em outras regiões do Brasil também, **uma juventude que volta para áreas rurais para assumir novas funções de protagonismo nas propriedades rurais**. Isso é fundamental, até porque são as gerações mais novas que têm esse apelo de maior interação com os processos de inovação na agricultura, isso é bem importante.

Em uma imersão que tivemos a chance de participar para conhecer áreas de produção diferenciada de café robusta na região amazônica de Rondônia, vimos que há uma transformação importante de produção, com o envolvimento dos vários atores institucionais envolvidos nisso, seja na área de pesquisa, como a Embrapa, seja área de ATER, seja área de representações dos agricultores e agricultoras, povos e comunidades tradicionais, seja pelas políticas públicas, enfim, não só pelo engajamento de agricultores familiares, mas mulheres, jovens e populações indígenas à frente de produção. Então, é muito importante olhar para essas iniciativas, porque há várias coisas aparecendo em diferentes regiões brasileiras. Não são predominantes, mas são inspiradoras de transformações futuras.

Um dado também do interesse da juventude em estar mais atuante nesses processos, por exemplo, mais especificamente olhando

aqui na Embrapa, associado à digitalização, são as novas formas de capacitação e interação através da nossa plataforma de cursos à distância, chamada *e-Campo*. Nessa plataforma, a Embrapa tem 237 cursos ativos para acesso livre de quem quiser. Um dado interessante é que do público inscrito nesses cursos, que têm uma diversidade enorme de temas, 42% dos inscritos têm idade entre 16 e 29 anos, pelos dados que a gente tabulou recentemente aqui. Também é um dado significativo da importância dessas novas formas de interação, de capacitação e de formação desses jovens, não só rurais, jovens urbanos também, mas desse apelo e dessa possibilidade, citando isso também como algo que achamos que é promissor se a gente olha os desejos dessa juventude, seja em termos de sucederem seus familiares em propriedades rurais, seja como formação mais adequada, mais contextualizada nesse momento que estamos no século XXI, que lhes permitam empreender, trabalhar como profissionais voltados para a agricultura e pecuária, seja como agentes de assistência técnica e extensão rural, seja em outras formações, em outras possibilidades profissionais.

O que vocês acham que é necessário para que esses bloqueios sejam revistos, pensando nos vários atores envolvidos nos processos de inclusão produtiva? E especificamente na ATER?

Vamos tentar sintetizar 3 eixos que são complementares e importantes para que esses processos virtuosos possam seguir adiante e ganharem mais densidade e mais presença nesse rural brasileiro, que é enorme nesse país continental que temos. Achamos que esses gargalos, esses bloqueios, devem ser superados. Primeiramente, pela importância crucial de políticas públicas para a superação desses bloqueios, seja pela questão de políticas públicas, de infraestrutura, de serviços e de desenvolvimento rural efetivo. Quer dizer, o nosso rural precisa ser atraente para as pessoas morarem e desenvolverem suas atividades produtivas.

Outra questão é que nós não temos uma política pública robusta, articulada e estruturada para a juventude rural, precisamos avançar nisso. Avançou bastante na questão das mulheres rurais, mas ainda é um processo longo

pela frente. Política pública de infraestrutura, especialmente para a questão da conectividade, também é importante.

O segundo eixo que é fundamental de enveredarmos é por novas formas mais interativas, mais contextualizadas, mais dialogadas com os atores demandantes. A gente precisa dar uma reformulada importantíssima nos métodos, nas ferramentas para comunicação e capacitação, no sentido de serem mais ágeis e mais interativas, participativas, mais focadas para soluções de problemas reais desse público, especialmente agricultores e agricultoras familiares, povos e comunidades tradicionais.

Se a gente não garantir o acesso universal a todos os habitantes das áreas rurais, agricultores, agriculturas, povos e comunidades tradicionais, fica difícil a gente avançar com as tecnologias sociais, com processo de inclusão socioprodutiva e digital. E pelo lado específico da ATER, é fundamental que a gente fortaleça cada vez mais uma política nacional voltada para isso, no caso a Pnater [Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural].

E o terceiro eixo, voltando na questão do fortalecimento de ATER, sempre reforçando as suas vertentes públicas, a sua vertente cooperativista, associativista e também as formas privadas de ATER, incluindo nelas *startups* e outras formas. Há 30 propostas que vieram das conferências municipais, estaduais e temáticas prévias à 3ª Conferência Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável [que aconteceu de 24 a 27 de março de 2026], todo um processo preparativo para a conferência nacional, que passa pelo fortalecimento da assistência técnica e extensão rural no Brasil. Essas propostas abrangem a proposição de constituição de um sistema único de ATER como um sistema permanente de coordenação federativa desse processo. Passa por um compromisso fundamental também de ATER como vetor fundamental para inclusão socioprodutiva e digital, especialmente das famílias em situação de maior vulnerabilidade. A questão da importância do foco e da maior presença de jovens e mulheres por dentro das redes de ATER. A questão da orientação por uma atu-

ação de ATER que se pautem pela inovação contextualizada, territorializada, que passe pela transformação efetiva de sistemas alimentares no sentido de sistemas mais integrados, mais resilientes e sustentáveis, e passa também pela inclusão de um olhar para as agriculturas urbana e periurbana nesse processo, passa por garantia de equipes multidisciplinares, especialmente porque a gente está falando desse universo tão diverso das estruturas familiares Brasil a fora.

Fechando especificamente nesse eixo de como a ATER se prepara para esse novo momento, para esses desafios futuros, é fundamental a validação, aprovação e efetiva implementação posterior pelas políticas públicas dessas propostas, diretrizes que devem ser aprovadas na 3ª Conferência Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável, que atualizam também compromissos e prioridades já definidas desde a primeira versão da Pnater, no início dos anos 2000.

CLIPPING



15 anos de Fomento Rural: Trajetórias e Práticas Inspiradoras para a Inclusão Produtiva nos Diversos Territórios Brasileiros

Em comemoração aos 15 do Programa Fomento Rural, o Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome (MDS) e a Universidade de Brasília, por meio do Centro de Gestão e Inovação da Agricultura Familiar (Cegafi-UnB), realizaram uma pesquisa para analisar e identificar boas práticas desenvolvidas pelas organizações parceiras do Programa e como ele contribui de maneira sustentável e duradoura para os processos de inclusão produtiva rural. O material pode ser baixado [neste link](#) do site do MDS.



(Re)qualificação das juventudes para um mundo em transformação

A pesquisa, uma parceria da Fundação Arymax, da Fundação Itaú e do Instituto Veredas, apresenta o cenário dos programas de qualificação profissional com foco na juventude, em especial no contexto dos jovens que não seguiram na sua trajetória educacional após ingressar no Ensino Médio, e traz recomendações para qualificação da juventude, que tende a ser uma minoria economicamente ativa nos próximos anos. O estudo pode ser acessado em: <https://www.veredas.org/publicacoes/#4564>.

DEM AÍ

64º Congresso da Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural e XVI Congresso Mundial de Sociologia Rural Julho/2026; Porto Alegre (RS)

Em julho de 2026, Porto Alegre sediará os dois eventos simultaneamente, no campus central da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. A programação completa dos painéis de debate, conferências e grupos de trabalho pode ser acessada no site: <https://www.even3.com.br/sober-irsa2026/>.



CÁTEDRA ITINERANTE
INCLUSÃO
PRODUTIVA RURAL

FALE COM A CÁTEDRA:

www.inclusao produtivarural.cebrap.org.br



catedraitineranteipr@gmail.com

